

CUNHA, LICÍNIO. **TURISMO EM PORTUGAL: SUCESSOS E INSUCESSOS.**
LISBOA: EDIÇÕES UNIVERSITÁRIAS LUSÓFONAS, 2012.

JEAN CARLOS VIEIRA SANTOS

Universidade Estadual de Goiás | Brasil
svcjean@yahoo.com.br

A obra de Licínio Cunha introduz uma discussão sobre o turismo e áreas afins, trazendo importantes contributos para o mundo acadêmico, bem como para os sujeitos e atores locais, as políticas públicas e demais organizações envolvidas com as atividades ligadas ao turismo, lazer e hotelaria, pois fornece uma análise relativa ao estado da arte de espaços e lugares turísticos lusitanos e europeus. São apresentados debates que envolvem tanto as organizações internacionais, como os Estados, mostrando que o turismo começou a ser encarado como um meio de obtenção de vantagens econômicas e sociais, o que se relaciona com o pensamento geográfico.

Uma das concepções assinaladas no livro diz respeito às expressões “turista” e “turismo”, surgidas com o romantismo e que, segundo, o autor só começaram a ser utilizadas a partir de meados do século XIX. Durante muitos anos, a palavra *touriste* aplicou-se exclusivamente aos viajantes ingleses que se deslocavam à Europa e, por décadas, o turista só podia ser inglês, tal expressão se alargou aos estrangeiros em geral somente depois.

A primeira definição oficial de turista foi elaborada em 1937 pela Sociedade das Nações, cuja Comissão Econômica estabeleceu que, “para tornar mais comparáveis as estatísticas turísticas internacionais”, tal expressão deve, em princípio, ser interpretada como “toda a pessoa que viaja por uma duração de 24 horas e menos de um ano, para um país diferente do da sua residência”. Só em 1983 que a Organização Mundial de Turismo passou a incluir o conceito de visitante e, conseqüentemente de turista, às deslocções dos residentes no seu próprio país, desde que qualificáveis como turísticas.

De acordo com Cunha, a evolução das viagens que deram origem ao turismo moderno, desde o início no século XVII até finais do século passado, podem caracterizar-se quanto à orientação geográfica dos fluxos turísticos por dois grandes tipos de movimentos organizados em função das motivações dominantes dos viajores: um marcadamente individualista e itinerante; e outro constituído por famílias e/ou pequenos grupos que se dirigiam para lugares precisos com intuito de ali desfrutarem de benefícios que os locais de residência ofereciam.

O primeiro movimento listado por Cunha pode ser designado como nomadismo turístico, que começa com as viagens dos ingleses ao continente europeu, para satisfação da curiosidade e complemento da educação durante um longo período de tempo (demoravam até três anos!) em que visitavam, principalmente, a França, a Suíça e Itália, era a Grand Tour que se impôs no Reino Unido durante todo o século XVIII, que se prolongou para outros países da Europa em meados do século XIX.

O segundo movimento, designado por sedentarismo, desenvolve-se no século XIX com as deslocções de pessoas para as estâncias balneares e terapêuticas (banhos de mar e termas), montanhas e zonas de clima temperado, em busca do repouso, da cura para os seus

padecimentos, da vida mundana, de um ambiente tonificante ou simplesmente para gozar dos encantos da natureza. Munido de argumentos, o autor diz que tal movimento, por conduzir à permanência em locais bem determinados, origina os primeiros destinos turísticos caracterizados pela existência, no seu espaço territorial, de atrativos que respondem a motivações pessoais.

Já em finais do século XX nasce um terceiro movimento determinado pela procura de produtos escolhidos fundamentalmente pela sua capacidade de resposta as necessidades concretas e em função das possibilidades que oferecem na obtenção da máxima satisfação pessoal: golfe, aventura, turismo de saúde, cruzeiros, cultura, desportos de inverno, city breaks etc. É o movimento que, na atualidade, dá maior consistência aos destinos turísticos e constitui o paradigma do desenvolvimento turístico designado por “pós-fordista”.

Ao constatar a realidade e a trajetória dos movimentos apontados na obra, pode-se considerar bem ilustrativas e pertinentes as palavras do autor, no que tange ao aproveitamento das condições e dos excepcionais recursos que a natureza, o clima, as tradições e os monumentos artísticos uberrimamente facultam aos planejadores do setorepermitema promoção das atividades de turismo e lazer nos espaços, lugares e regiões. Em outras palavras, Cunha assinala que o turismo é a menos dispendiosa e a mais lucrativa das exportações, ao mesmo tempo em que se apresenta como inesgotável, dado que os bens e serviços que os turistas consomem não saem das fronteiras do país e lá continuam os museus, as paisagens, as estâncias de repouso e de tratamento, além das outras condições de atração.

Outra ordem importante e indispensável para a construção do livro foi a abordagem que destaca o ensino na área de turismo, que nasceu na Suíça com a fundação, em 1893, da primeira escola hoteleira em Aochy, mas, verdadeiramente, só começou a ser organizado a partir de 1914, quando, na Itália, o ENIT – Ente Nazionale per L’IndustriaTuristiche inscreveu, entre os seus objetivos, a preparação do pessoal da hotelaria. Àquela altura, as profissões turísticas eram reduzidas e pouco iam além da hotelaria e das que eram exercidas nas raras agências de viagens existentes, visto que a formação turística se limitava à preparação dos empregados destinados aos hotéis.

Em Portugal, no ano de 1958, foi criada em Lisboa uma pequena escola designada Escola Alexandre de Almeida, (nome do pioneiro da hotelaria portuguesa e da formação profissional), mas com uma capacidade formativa muito reduzida e instalada num edifício em condições inapropriadas para os seus fins. De fato, a obra oferece um panorama geral da gênese hoteleira europeia.

O livro de Licínio Cunha ressalta também a II Conferência Mundial do Turismo de Manila, que ocorreu em 1980 e possui uma base argumentativa clara e extensa, sobretudo na Declaração elaborada ao final do evento. O paradigma do desenvolvimento do turismo passou a colocar em plano idêntico os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, educativos e ambientais, quando anteriormente havia apenas a importância econômica, em especial no que se refere às incidências sobre a balança de pagamentos.

Nesse contexto, os fatos mais significativos da Conferência foram os desenvolvimentos posteriores no seguimento das recomendações formuladas. Tendo como base essas recomendações, em 1985 foram aprovados a Carta do Turismo e o Código do Turista; em 1995, a Carta do Turismo Sustentável; e, em 1999, o Código Mundial de Ética do Turismo. A Carta de Turismo merece especial atenção, visto que estabelece um conjunto de obrigações para os Estados com vistas a defender e valorizar o turismo, além de proteger, no

interesse das gerações presentes e futuras, o ambiente turístico, seja ele humano, social e cultural, que constitui apanágio de toda a humanidade.

Cunha sublinha que a promoção turística, desde sempre, é uma função do Estado e é levada a cabo pelos diversos organismos. Nesse debate o autor assevera que as políticas, as medidas ou as obras realizadas pelo Estado nunca ou raramente são objeto de avaliação rigorosa, salvo as poucas exceções em que há intervenção do Tribunal de Contas, e daí nasce a dúvida, a descredibilização e a fácil negação da validade das suas iniciativas. Estas, por sua vez, poderiam (ou deveriam) ser continuadas ou repetidas; não o são porque, sem ser avaliadas, é fácil contestá-las ou negar o seu interesse. Despende-se dinheiro em obras, frequentemente de duvidoso interesse público, muito acima do que seria aceitável, mas ninguém é responsabilizado.

No que diz respeito à temática tratada, o turismo em Portugal na Europa, o autor enfatiza com riqueza de detalhes que à medida que, os padrões que caracterizavam as formas de produção e distribuição das sociedades industriais deram lugar à chamada sociedade pós-moderna, surgiram alterações que modificaram profundamente os modos de vida e os comportamentos dos consumidores turísticos.

Outra vertente de análise diz respeito ao caráter “ambiental” que passou a adquirir importância e preocupação sem precedentes. Para Cunha, as causas ecológicas obtiveram um estatuto próprio que influenciou as decisões dos governantes. Sem embargo, porém, ainda estão longe de integrar os modos de vida individuais: a proteção do ambiente é reconhecida como um valor da sociedade, e as pessoas aderem ao discurso da proteção do ambiente, mas desde que não afete o seu comodismo.

Há de se afirmar, ainda, que nem todos os discursos mais inflamados ou convincentes levam as pessoas a reduzir a utilização dos seus automóveis e o consumo desnecessário de água ou energia, a evitar o desperdício ou a desfrutar das florestas sem danificá-las. Mas eles também não levam os governos a assumir a grande responsabilidade que lhes cabe na aplicação de políticas que conduzam à redução das emissões de carbono para a atmosfera, as quais provocam alterações climáticas que ameaçam a sobrevivência da humanidade.

Apesar disso, do ponto de vista da obra, é inquestionável que as mudanças operadas na sociedade no final da década de 1980 e no início dos anos 1990 deram origem às alterações profundas no turismo: a procura democratizou-se, tornou-se mais sofisticada e mais exigente, alteraram-se as mentalidades dos agentes produtores e surgiram novas formas de encarar o desenvolvimento dos destinos. Os turistas passaram a ser mais exigentes e a qualidade se transformou em fator de decisão das viagens que, por sua vez, adquiriram maior capacidade de seleção dos destinos.

Para Cunha, um dos acontecimentos mais marcantes dessa época é o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, bem como sua associação com os sistemas globais de distribuição criados durante a década anterior. A consciência de que o turismo e o ambiente estabelecem fortes relações de interdependência não é nova, surgindo antes da percepção dos efeitos que a atividade humana provoca sobre as mudanças climáticas. Ela começou a ser mais vinculada a partir de 1960, quando se iniciou a massificação turística em que destinos respondem com a transformação das costas marítimas em vastos solários caracterizados por grandes concentrações urbanas. Surgiram, nessa altura, os primeiros alertas para os efeitos nefastos que o turismo poderia provocar sobre o ambiente, alguns com uma grande carga catastrófica, e outros com a preocupação de encontrar vias de compatibilização entre o desenvolvimento turístico e o ambiente.

Conforme os argumentos teóricos de Cunha, a partir do designado relatório Brundtland, adotado em 1987, a Organização Mundial de Turismo definiu os conhecidos princípios de sustentabilidade que passaram a constituir o referencial fundamental para o desenvolvimento turístico. Houve ainda a Agenda 21, adotada na conferência da ONU sobre o Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, como um plano de ação para assegurar o futuro sustentável do planeta.

Em outras palavras, segundo o autor, a Agenda 21 para as viagens e turismo afirma que essa atividade tem interesse em proteger os recursos naturais e culturais que são núcleos do seu negócio, apresentando meios para fazê-lo. Além disso, tal Agenda tem potencial para promover melhorias sociais, econômicas e ambientais substanciais, bem como contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável das comunidades e dos países receptores de turismo. Para as organizações governamentais, administrações nacionais do turismo e empresas, o objetivo global consiste em estabelecer sistemas e procedimentos que contribuam para que o desenvolvimento sustentável da atividade turística seja sempre considerado no processo de decisão.

Desse modo, Cunha arrazoa, em seu discurso teórico, que o desenvolvimento turístico passou, pelo menos nos princípios, a ser sinônimo de desenvolvimento sustentável, criando-se a convicção generalizada que o turismo precisa ser sustentável; porém, permanece em aberto a questão de como garantir isso, mostrando contradições entre o discurso feito pelo autor e a realidade analisada. É uma questão crucial porque, após 40 anos dos primeiros alertas, temos o seguinte: O turismo, na realidade, tem sido desenvolvido de forma sustentável e se subordina aos princípios da sustentabilidade?

Nesse entremeio, a base argumentativa é que a Agenda 21 apresentava objetivos globais e específicos de áreas prioritárias de ação até 2005, mas não há indicadores nem sinais evidentes de que as medidas propostas tenham sido realizadas. Aliás, o fiasco da conferência de Copenhague, realizada em dezembro de 2009, sobre a mesma questão de se suscitar uma onda de renovada esperança, esclarece que os reais interesses em garantir o desenvolvimento sustentável são piedosos, mas não efetivos.

A partir dos apontamentos feitos, a ideia central do autor reside no fato de que o turismo é uma atividade em contínua expansão em vários sentidos: os fluxos turísticos aumentaram na década de 1990 ao ritmo de mais de 20 milhões de turistas internacionais em cada ano e, até 2020, deverão atingir mais que o dobro; cada vez afluem mais investimentos para a atividade alargando o leque dos negócios atuais e futuros; todos os anos, países e regiões têm elegido o turismo como alternativa de desenvolvimento, criando formas de atração desconhecidas no passado recente.

Só para satisfação das necessidades classificadas como turísticas, atravessarão fronteiras de todos os países do mundo cerca de cinco milhões de pessoas por dia, num só sentido, mas, ao considerar os visitantes domésticos, os movimentos diários de pessoas geradas pelo turismo não estarão abaixo dos 25 milhões por volta de 2020. Os efeitos ambientais resultantes dessa gigantesca movimentação de sujeitos e dos equipamentos primordiais são necessariamente colossais e obrigam avaliação para garantir respostas adequadas tanto mundialmente como em cada país.

Os avanços no domínio da sustentabilidade são medíocres e não se traduzem em ações significativas. A conciliação da preservação do ambiente com a sua utilização é de responsabilidade das autoridades locais, regionais, à medida que assumem uma ação direta e permanente perante o turismo. Contudo, quase sempre obcecadas por mais receitas fiscais e

outras contrapartidas menos óbvias, essas atividades são, em regra, primazia à construção imobiliária em detrimento do desenvolvimento sustentável, sem interiorizar que a preservação e a valorização do ambiente são uma das mais importantes condições de competitividade dos destinos. As regiões e os municípios não podem ambicionar o desenvolvimento do turismo nos seus territórios sem previamente garantir as condições para a sustentabilidade e o permanente monitoramento. Isso não é, todavia, o que em geral se verifica.

De acordo com o texto de Cunha, a partir do momento em que passaram a ter percepção de que as iniciativas para a proteção do ambiente constituem um valor acrescentado aos produtos que oferecem, muitos empresários passaram a assumir, voluntária e deliberadamente, que as questões ambientais constituem um recurso de que podem tirar proveito. Para o autor, é indispensável que a sustentabilidade do turismo deixe de ser apenas uma preocupação ou um conceito abstrato para ser um conceito jurídico, uma filosofia e uma ética de vida. O respeito pelo ambiente tem de fazer parte do sistema de valores das sociedades.

Em vez de visualizar o ambiente como um entrave ou uma fonte de constrangimentos, o turismo terá de encará-lo como fonte de oportunidades. É indispensável um contínuo e permanente esforço para garantir a conciliação do crescimento do turismo com a proteção e valorização dos ambientes natural e cultural. Entre as mudanças apontadas por Cunha está a mudança do eixo econômico UE/EUA para o eixo Brasil/Ásia/Pacífico que, segundo ele, será acelerado, e a geografia turística irá se alterar conforme a mudança dos fluxos turísticos.

Munido de argumentos econômicos, Cunha demonstra que são múltiplos os efeitos do turismo sobre a economia e as estratégias de desenvolvimento econômico, sendo comumente apontados como mais importantes aqueles que contribuem para o aumento da produção, do emprego, da diversificação. Para o autor diversas atividades existem porque o turismo existe (seguros de viagem, cartões de pagamento, consultorias, lavanderias, aeroportos, terminais de cruzeiros, produção de artigos de viagens, fabricação de meios de transporte e de cruzeiros, intermediação de imobiliária turística, catering, reparação de barcos, artesanato etc).

A obra Turismo em Portugal: sucessos e insucessos encontra nas escalas local e global, nas regiões, países e no continente europeu um campo fértil para novas abordagens e diálogos acerca do turismo e de suas relações com diferentes setores econômicos, sociais, culturais e ambientais. Ela traz contributos à geografia, ao turismo, à economia e às áreas afins, sustentada pela interseção entre elementos espaciais diversos e estudos que aportam na via do destino turístico, com suas formas organizacionais, dinâmicas e articulações de sujeitos sensibilizados, atores públicos e privados, além de redes endógenas e exógenas. Fazer a leitura desse livro é mergulhar nas profundas, inquietas e intensas leituras do texto de Licínio Cunha, sendo tal literatura útil para diferentes profissionais do mundo acadêmico interessados nas manifestações espaciais e econômicas da atividade turística.

Recebido em: 22/08/2014

Aceito para publicação em: 25/11/20014